

ESTADO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: POLÍTICAS PÚBLICAS, REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIDADE

Maíra Gomes de Souza [1]

Rildo Alberto Pantoja [2]

Eunice de Lima Garcia[3]

Heloisa da Silva Borges[4]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

Resumo: Este estudo analisa as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo na Amazônia, articulando as categorias de Estado, Reforma Agrária e Territorialidade. Fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético, o trabalho busca compreender como as políticas educacionais expressam as contradições entre Estado e sociedade civil, revelando limites e possibilidades para a garantia do direito à educação e o fortalecimento dos territórios camponeses. A pesquisa tem caráter bibliográfico crítico, apoiada em autores como Castro e Campos (2023), Souza-Lobo (2021), Mourão, Uchôa e Borges (2020), Paiva, Rocha e Carraro (2023) e Nogueira (2016). Os resultados evidenciam que o Estado capitalista, especialmente em sua forma dependente e monopolista na América Latina, atua como mediador contraditório: ao mesmo tempo em que assegura políticas mínimas de inclusão, subordina a educação às demandas do capital. Contudo, programas como o PRONERA e o Escola da Terra demonstram que as lutas sociais produzem mediações que tensionam a lógica dominante e fortalecem práticas educativas emancipatórias no campo. Conclui-se que a Educação do Campo na Amazônia constitui não apenas uma política educacional, mas um projeto político-pedagógico de resistência e de luta por uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Estado; políticas públicas, território.

Introdução

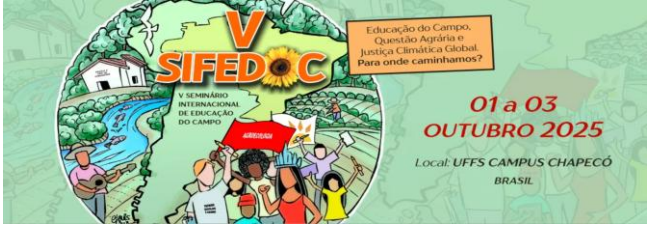
Este artigo tem o objetivo de analisar as políticas públicas de Educação do Campo na Amazônia, considerando as contradições entre Estado e sociedade civil, a Reforma Agrária e a territorialidade camponesa, de modo a compreender como tais políticas contribuem ou limitam a garantia do direito à educação e o fortalecimento dos

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail:mgsouza28@gmail.com

[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: rildopantoja75@gmail.com

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: garcialima.eunice@gmail.com

[4] Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação FACED/UFAM e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFAM.heloborges@ufam.edu.br



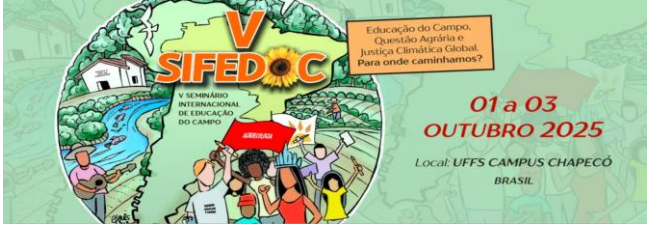
territórios do campo, em especial aqueles localizados em contextos das águas, terras e florestas.

O estudo vincula-se à Linha 1 – Educação, Estado e Sociedade na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O estudo é fruto de uma disciplina da pós-graduação, denominada com o mesmo nome da linha de pesquisa já citado anteriormente, busca discutir as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo na Amazônia, considerando as dinâmicas do Estado, os processos da Reforma Agrária, a categoria de análise da territorialidade e as contradições que atravessam a garantia do direito à educação e o fortalecimento dos territórios campesinos.

Partimos da compreensão de que a Educação do Campo no Brasil surge das lutas históricas dos movimentos sociais camponeses, que vão além da reivindicação pela Reforma Agrária e incluem a exigência por políticas educacionais específicas, capazes de atender às necessidades sociais, culturais e identitárias das populações do campo. Nessa perspectiva, a educação no campo se configura como um projeto político-pedagógico contra-hegemônico, que articula terra, território, trabalho, identidade, memória e cultura na formação humana.

Enquanto campo de disputas e mediações, a Educação do Campo emerge como expressão das lutas históricas dos movimentos sociais, buscando assegurar o direito a uma educação que dialogue diretamente com a realidade social, cultural e territorial das comunidades do campo localizadas em territórios das águas, terras e florestas. Esse processo insere-se na totalidade da formação social brasileira, marcada pela dependência econômica, pela centralidade do agronegócio e pelas contradições do Estado capitalista na América Latina, que oscila entre a garantia de políticas sociais mínimas e a priorização das demandas do capital interno e externo.

A Amazônia, devido à sua especificidade geográfica, histórica e social, constitui um espaço privilegiado para observar essas contradições. O avanço de projetos desenvolvimentistas, como hidrelétricas, mineração, monoculturas e expansão da fronteira agrícola, tem provocado processos intensos de desterritorialização, expropriação e degradação ambiental, sustentados pelo papel do Estado como mediador da acumulação monopolista.



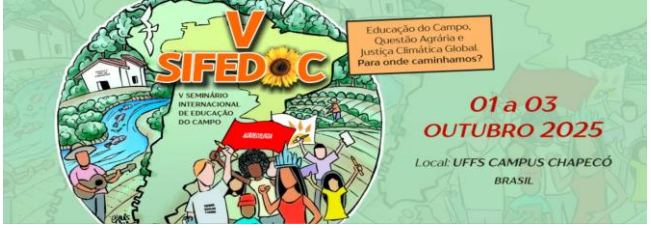
Ao mesmo tempo, é nesse mesmo território que se articulam práticas de resistência e alternativas contra-hegemônicas, protagonizadas por camponeses, indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Em parceria com universidades públicas e organizações sociais, esses grupos têm conquistado políticas educacionais específicas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Escola da Terra. Tais experiências evidenciam a Educação do Campo como espaço contraditório: funcional à reprodução do capital em certos contextos, mas também mediadora de projetos emancipatórios e de fortalecimento comunitário.

Portanto, discutir a Educação do Campo na Amazônia implica analisar as articulações e confrontos entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais, considerando sua relação com o direito à educação, a territorialidade e a permanência das populações camponesas em seus territórios.

Do ponto de vista epistemológico e metodológico, a pesquisa fundamenta-se no Materialismo Histórico-Dialético, entendido como base para apreender a realidade em sua totalidade concreta, marcada por contradições históricas e sociais. A dialética nos permite analisar como o avanço do capitalismo neoliberal no campo brasileiro produz processos de territorialização excludentes e impacta diretamente as condições de escolarização dos sujeitos camponeses.

Metodologicamente, a investigação pauta-se em um levantamento bibliográfico crítico, dialogando com obras e pesquisas que analisam as relações de poder, a conflitualidade e a disputa de projetos no campo brasileiro, especialmente no contexto amazônico. Assim, o estudo busca analisar a tríade Políticas Públicas – Reforma Agrária – Territorialidade, situando-a no contexto amazônico e em suas contradições históricas, regionais e nacionais. Pretende-se contribuir para o debate acadêmico e político acerca das relações entre Estado e Sociedade Civil, evidenciando os limites e as potencialidades das políticas educacionais direcionadas ao campo como expressão das lutas sociais e como mediação para o fortalecimento da educação e da organização coletiva dos sujeitos camponeses.

Temos como pergunta norteadora: *Como as políticas públicas de Educação do Campo na Amazônia revelam as contradições entre Estado e sociedade civil, e de que forma impactam a garantia do direito à educação e o fortalecimento dos territórios*



campesinos de contextos das águas, terras e florestas, considerando os desafios da Reforma Agrária e a territorialidade camponesa?

Para tanto, os resultados serão organizados em duas seções: 1. Estado, Políticas Públicas e Educação do Campo na Amazônia, voltada à análise das iniciativas estatais, suas diretrizes e impactos na educação do campo, considerando o contexto amazônico e os limites estruturais enfrentados pelo setor; 2. Movimentos Sociais, Educação do Campo e Territorialidade: Resistências e Desafios no Contexto Amazônico, dedicada às práticas de resistência, mobilização social e estratégias adotadas pelas comunidades localizadas em territórios das águas, terras e florestass para fortalecer seus territórios e assegurar o acesso à educação, dialogando com a realidade da Reforma Agrária e a territorialidade camponesa.

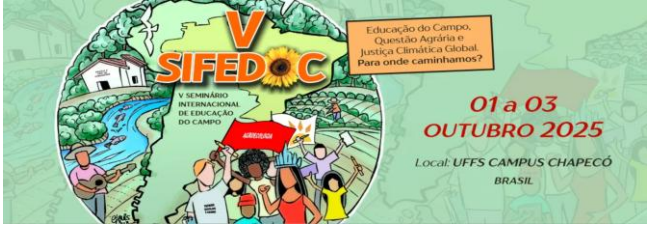
Metodologia

O percurso metodológico deste trabalho fundamenta-se em levantamento bibliográfico, com destaque para as leituras realizadas na disciplina Educação, Estado e Sociedade na Amazônia. Entre os autores que subsidiaram a reflexão, destacam-se Castro e Campos (2023), Souza-Lobo (2021), Mourão, Uchôa e Borges (2020), Paiva, Rocha e Carraro (2023) e Nogueira (2016), entre outros que abordam questões centrais ao tema investigado. Essas obras constituíram a base teórica necessária para a tessitura das análises aqui desenvolvidas.

A análise orienta-se pelo método do materialismo histórico-dialético (Neto, 2011), uma vez que tal abordagem é essencial para a compreensão crítica da realidade social, econômica e educacional. Esse método oferece instrumentos teórico-analíticos para desvelar as contradições estruturais da sociedade, permitindo compreender as dinâmicas históricas, bem como as relações de poder e exploração que condicionam e atravessam o contexto educacional e social.

Estado, Políticas Públicas e Educação do Campo na Amazônia

A particularização do Estado capitalista na América Latina revela sua centralidade no processo de acumulação de capital, especialmente sob a fase



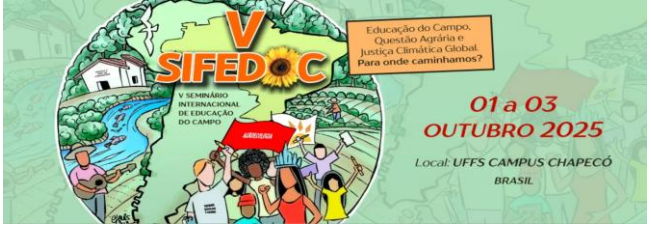
monopolista do capitalismo. Como destacam Paiva et al. (2023, p. 158), “na fase monopolista do capitalismo, o Estado adquire importância ímpar na engrenagem da acumulação capitalista”. Essa análise é reforçada por Netto (2006), ao argumentar que, nesse estágio, o Estado não apenas garante as condições externas de produção, mas refuncionaliza suas atribuições, integrando de maneira indissociável as dimensões políticas e econômicas.

Assim, a política social, longe de ser neutra, cumpre o papel de administrar as expressões da questão social, ao mesmo tempo em que atende às necessidades da ordem monopólica, assegurando a extração de superlucros por meio de intervenções sistemáticas e estratégicas.

Nessa direção, Paiva et al. (2023, p. 158) enfatizam que as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da questão social se configuram como um tecido institucionalizado de dominação político-ideológica burguesa, movido pela necessidade de preservação e controle da força de trabalho. Ou seja, o Estado, sob o capitalismo dependente latino-americano, revela-se como mediador contraditório: garante mecanismos mínimos de proteção social, mas sua função essencial é responder às demandas do capital interno e externo, viabilizando a reprodução ampliada do capital.

Conforme apontam os mesmos autores (2023, p. 164-165), o excedente econômico apropriado pelo Estado latino-americano destina-se a três frentes principais: (i) financiar a acumulação de capital por meio de subsídios ao capital internacional e investimentos em infraestrutura; (ii) pagar a dívida externa, transferindo parte significativa desse excedente aos países centrais; e (iii) sustentar de maneira precária políticas sociais, segurança pública e investimentos na reprodução social.

Essa caracterização do Estado latino-americano como dependente e autoritário encontra materialidade concreta no território amazônico. O território, enquanto categoria central da geografia crítica, aparece como espaço de disputa entre projetos societários antagônicos. Para Saquet (2019), o território é mais que um espaço físico: é a materialidade do espaço apropriado e disputado, ao passo que a territorialidade constitui o conjunto de relações dinâmicas e conflitivas entre agentes sociais (Estado, empresas, movimentos sociais, populações tradicionais). Rodrigues (2018) reforça essa perspectiva ao compreender a territorialidade como processo de dominação e



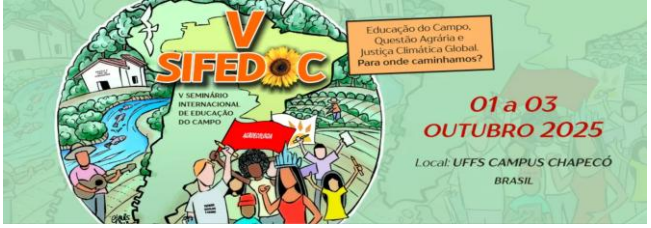
significação sobre o espaço biofísico, que engloba terra, água, floresta e fauna, elementos fundamentais à subsistência física e cultural dos povos.

Na Amazônia, essa disputa assume contornos intensos. O avanço de grandes empreendimentos nacionais e internacionais, hidrelétricas, mineração, monoculturas, parques eólicos, financiados pelo Estado capitalista, promove a espoliação e desterritorialização de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e trabalhadores sem-terra. Trata-se da expressão do capital fictício que, em nome de um discurso de “desenvolvimento”, expropria territórios, degrada a natureza e impõe um processo educativo violento de submissão. Como destaca Freitas (2018, p. 65), isso se reflete também no âmbito educacional, pela expansão do mercado privado em detrimento da educação pública como política social.

Ao compreendermos a educação como política de Estado, percebemos que sua função histórica tem sido moldada pelas demandas do capital. Nogueira (2016) demonstra como a educação profissional foi subordinada à lógica da formação de mão de obra técnica para o mercado, ajustando trabalhadores às crises e reestruturações produtivas. Essa instrumentalização reforça a visão institucionalista da educação como redutora das desigualdades, ocultando a função do Estado burguês de manter a ordem social. Contudo, ao mesmo tempo, a educação constitui também uma arena de disputa, pois nela emergem projetos contra-hegemônicos.

É nesse ponto que se insere a Educação do Campo, fruto das lutas históricas dos movimentos sociais camponeses. Conforme Mourão, Uchôa e Borges (2020, p. 110), ela é concebida como direito negado e dívida histórica do Estado com os povos do campo. A Educação do Campo, diferentemente da perspectiva urbana e mercadológica, vincula-se ao trabalho, à terra, ao território e à cultura, configurando-se como um projeto político-pedagógico de classe, voltado à emancipação e à construção de uma sociedade mais justa. Caldart (2018) e Arroyo (2017) reforçam que se trata de um projeto intencional, que reconhece a historicidade da luta de classes e o papel da escola na formação da consciência crítica da classe trabalhadora.

Entre as políticas públicas conquistadas pela luta social, destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, que representa um marco na formação de professores e no acesso à educação pelas populações assentadas. Rodrigues (2020) caracteriza o PRONERA como uma política



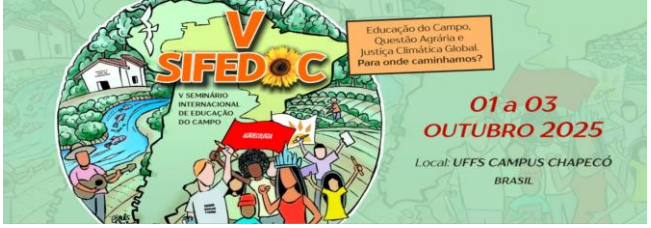
construída no bojo da luta camponesa, pautada pela inclusão, gestão democrática e articulação com comunidades.

Trata-se de um contraponto à lógica neoliberal, pois visa garantir autonomia e fortalecimento da organização coletiva. Apesar dos avanços, o PRONERA sofreu severos retrocessos a partir de 2016, quando o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff inaugurou uma fase de cortes orçamentários e recrudescimento autoritário. Como destaca Araújo (2023), o governo Bolsonaro expressou um Estado autocrático e protofascista, que fragilizou ainda mais as conquistas da classe trabalhadora.

No Amazonas, a articulação entre movimentos sociais, universidades e programas como o Escola da Terra tem buscado suprir parte das lacunas deixadas pelo Estado, promovendo a formação continuada de professores e cursos de especialização em Educação do Campo. Borges et al. (2022) registram que, em parceria com a UFAM, já foram certificadas turmas em quase todos os municípios do estado, formando mais de 160 professores na especialização “Ênfase em Práticas Pedagógicas”. Essas experiências demonstram que, apesar das contradições e limites impostos pelo Estado burguês, a luta por políticas públicas específicas permanece como trincheira de resistência e mediação para fortalecer a educação, a territorialidade e a identidade dos povos do campo.

Em síntese, ao analisarmos a relação entre Estado, políticas públicas e Educação do Campo na Amazônia, compreendemos que o Estado capitalista latino-americano atua como mediador da acumulação monopolista, subordinando a educação às exigências do capital. Contudo, as lutas sociais têm tensionado esse processo, produzindo políticas como o PRONERA e o Escola da Terra, que, ainda que permeadas por contradições, expressam projetos de classe em disputa. A Educação do Campo, nessa perspectiva, não é apenas uma política educacional, mas parte de um projeto societário mais amplo de resistência, emancipação e construção de novos horizontes para os povos amazônicos.

Movimentos Sociais, Educação do Campo e Territorialidade: Resistências e Desafios no Contexto Amazônico



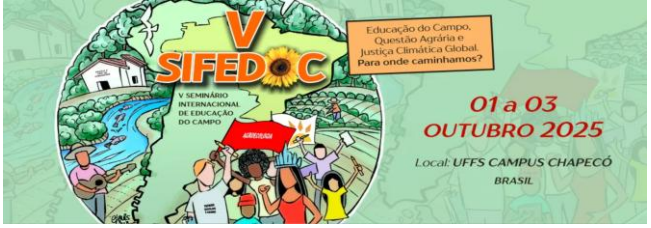
A análise das lutas sociais e da classe trabalhadora exige compreender a mobilização coletiva como processo de construção da consciência de classe e de autoconstrução dos sujeitos. Nessa perspectiva, emergem duas vertentes: uma voltada à formação de uma consciência crítica em torno das lutas sociais e outra centrada na experiência vivida pelos trabalhadores, considerando trajetórias, heterogeneidades, divisão sexual do trabalho e condição das mulheres operárias (Souza-Lobo, 2021). Tais dimensões, muitas vezes invisibilizadas, revelam como a resistência cotidiana e o movimento sindical constituem espaços de confronto entre dominação e emancipação, apesar de suas ambiguidades, derrotas e vitórias parciais.

Essas práticas coletivas, historicamente tratadas de forma neutra e assexuada pela literatura, ganham densidade quando reconhecidas como rupturas do cotidiano privatizado, expressão de revolta e de construção política (Souza-Lobo, 2021). O movimento sindical, nesse sentido, mantém relevância como arena de negociação e luta, ainda que tensionado por mecanismos de disciplinamento e pelos limites impostos pelo capital.

A partir dessa compreensão, evidencia-se que as lutas operárias e os movimentos sociais só podem ser analisados em sua totalidade quando articulados às dimensões sociais, culturais e institucionais. Essa reflexão amplia-se ao campo educacional, em especial à Educação do Campo, marcada por contradições entre a valorização dos sujeitos camponeses e a imposição da lógica hegemônica do agronegócio, que reforça a marginalização de saberes e a deslegitimação de seus territórios (Antunes, 2018). Para Caldart (2018), é impossível discutir a Educação do Campo sem questionar as estruturas dominantes que invisibilizam especificidades do campo e impõem um modelo homogêneo de sociedade.

No contexto amazônico, a territorialidade torna-se eixo fundamental, pois as condições logísticas, climáticas e geográficas desafiam o acesso escolar e impactam diretamente a permanência de estudantes e professores nas comunidades ribeirinhas. Assim, pensar políticas públicas e práticas pedagógicas nesse espaço exige considerar saberes tradicionais, formas de organização social e transmissão de conhecimentos territoriais.

Essa discussão articula-se ao debate sobre desenvolvimento regional e políticas públicas, que historicamente na Amazônia têm oscilado entre tentativas de



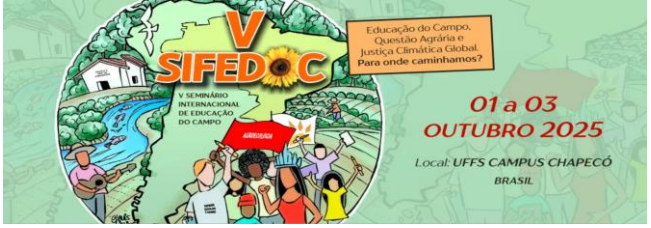
integração econômica e exploração de recursos. As políticas implementadas pela SPEVEA e posteriormente pela SUDAM, durante a “Operação Amazônia”, priorizaram a infraestrutura e a integração nacional, mas negligenciaram as especificidades regionais, contribuindo para desigualdades e impactos ambientais (Castro e Campos, 2023). A criação da Zona Franca de Manaus reforça esse cenário, ao evidenciar a articulação entre empresários e burocracia estatal em um modelo de “condomínio”, no qual prevalecem interesses econômicos subordinados ao capital nacional e transnacional.

Esse processo evidencia como o desenvolvimento regional, marcado pela exploração e pela desregulamentação estatal, contrasta com as demandas das populações do campo, extrativistas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, cuja realidade permanece invisibilizada. Como destacam Molina e Freitas (2011), a legislação educacional não contempla plenamente a diversidade das dimensões formativas desses sujeitos, mantendo o ensino no campo precarizado e com altos índices de evasão escolar.

Diante disso, estudar a territorialidade na Educação do Campo implica compreender a terra como meio de produção da existência e de disputa política. Rodrigues (2020) alerta para a criminalização da luta pela terra e para o avanço do agronegócio e da violência no campo, que intensificam a exclusão social e a despolitização da questão agrária. Como alternativa, Arroyo (2017) defende a pedagogia da alternância como prática educativa ligada à realidade do campo, na qual os sujeitos se reconhecem como produtores de conhecimento, valores e culturas, construindo pedagogias de emancipação.

Portanto, integrar movimentos sociais, luta de classes, territorialidade e políticas públicas significa reconhecer que a Educação do Campo é também espaço de resistência. Essa perspectiva materialista evidencia que a formação educativa deve estar vinculada à história e à vida dos sujeitos, afirmando a diversidade dos territórios e promovendo uma educação comprometida com a emancipação social.

Conclusão



O estudo evidencia que a Educação do Campo na Amazônia não pode ser compreendida apenas como política educacional, mas como parte de um projeto societário mais amplo, construído a partir da luta dos movimentos sociais e da resistência frente à lógica do agronegócio e da mercantilização da educação. Embora permeadas por limites e contradições, as políticas conquistadas pelos trabalhadores do campo, como o PRONERA e o Escola da Terra, demonstram a potência da organização coletiva na produção de alternativas educativas emancipatórias. Assim, reafirma-se a centralidade da Educação do Campo como trincheira de luta por justiça social, emancipação humana e defesa da territorialidade camponesa na Amazônia.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, P. A. **A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 4, n. 42, p. 251-285, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763. Acesso em: 20 jan. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.

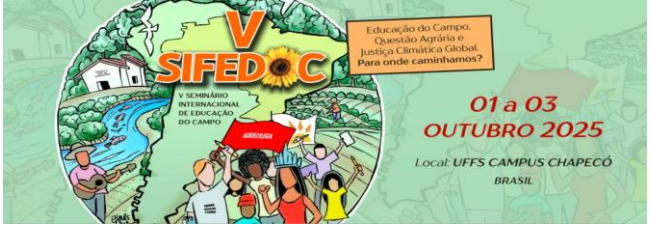
ARAÚJO, Michelle Rosa Sena. **PRONERA como resistência da classe trabalhadora ao projeto hegemônico e autocrático na formação social brasileira (pósgolpe de 2016 ao governo Bolsonaro**). XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade de São Luiz- MA, 2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: RJ. Vozes, 2017.

BORGES, Heloisa da Silva. (2010 a 2014). **Formação Continua de Professores (as) da Educação do Campo no Amazona**s, 245 f. Tese (Tese de Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

BORGES, Heloisa Silva et al. Contexto amazônico e a formação de professores do campo no Amazonas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantins, v. 7, 2022.

BRASIL. Relatório de Desenvolvimento Humano 2012: **A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado**. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2012. Disponível em: https://hdr.undp.org/en/2013-report. Acesso em: 10 jan. 2025.



CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade emconstrução. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S; MOLINA, M.C (org). **Por uma educação do campo**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. Cap. 4, 149-158.

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio**. Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, UFPA, 2015.

FREITAS, Luiz C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MOLINA, Mônica; FREITAS, Helena Célia**.** Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, v. 85, pág. 15-26, 2011. Disponível em: https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/235. Acesso em: 10 jan. 2025.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; UCHOA, Iraci C.; BORGES, Heloisa. A materialidade do trabalho em territórios das águas, terras e florestas da Amazônia. **Trabalho Necessário**, v. 18, p. 94-114, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Economia política e política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Silvia Cristina Conde**. II fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública**. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

PAIVA, Adriano; ROCHA, Mariana; CARRARO, Lucas. **Estado e acumulação capitalista na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

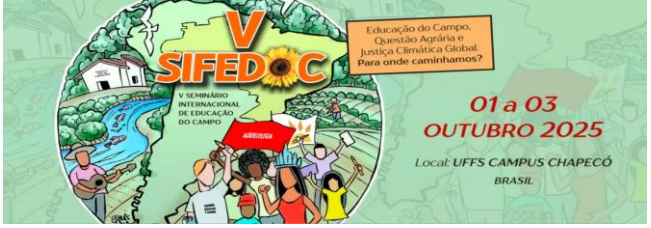
PASSOS, Maria das Graças; MELO, André de Oliveira. **Casa Familiar Rural da França à Amazônia**: uma proposta da Pedagogia da Alternância, 2008.

RODRIGUES, Sônia (org.). **Pronera**: gestão participativa e diversidade de sujeitos da Educação do Campo. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

RODRIGUES, Luiz. **Território e territorialidade**: disputas e significados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

RODRIGUES, Luiz. **Educação do campo e os desafios frente à expansão do capital**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber popular, práxis territoriais e contra hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.



SILVA, A. E. B. F. da. *et al*. Há resistência em todos os cantos! Protagonismo de sujeitos coletivos na Licenciatura em Educação do Campo na Unifesspa. In: BAHNIUK, Caroline; SILVA, Paulo Roberto de Sousa (Orgs.). **Caminhos para transformação da escola** 5: a formação de educadores do campo e a construção da pedagogia socialista. Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões sobre uma política pública. São Paulo: Expressão Popular, 2024. p. 109-122.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. Experiências de mulheres: destinos de gênero. In: ____. ***A classe operária tem dois sexos****: trabalho, dominação e resistência.* 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021. p. 83-96.